



Defensoria Pública de Minas Gerais está de casa nova em Belo Horizonte



PÁGINAS 3-6

Plenário da ALMG recebe projeto de lei da Defensoria Pública



PÁGINA 10

Dia Internacional da Mulher na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência



PÁGINA 11

Resolução cria a Escola Superior da DPMG. Aula inaugural será dia 17 de março com o ministro do Superior Tribunal da Justiça, Nefi Cordeiro

PÁGINA 8

MENSAGEM DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Importantes conquistas de nossa Instituição estão registradas neste **Boletim**.

Demos início, nesta quinzena, à implementação das melhorias planejadas para as sedes da Capital. A mudança da sede I da Defensoria Pública em Belo Horizonte para um novo endereço trouxe ganhos institucionais expressivos. A alteração proporciona maior efetividade no trabalho direto com o assistido, uma vez que a proximidade com o Fórum Lafayette traz eficiência e racionalização na prestação do serviço público, agilizando os atendimentos e participações em audiências. As instalações foram preparadas para receber os assistidos com mais comodidade, melhor qualidade e condições de acessibilidade mais adequadas. Outro ponto positivo foi a unificação das salas de espera do atendimento, o que possibilita o fortalecimento e a ampliação de seus projetos de educação em direitos voltados para os assistidos. Além disso, o novo edifício permitirá, progressivamente, a expansão da Defensoria Pública em termos de defensores, servidores e estagiários. Em sequência, serão implementadas melhorias estruturais na sede II. Além de outras modificações, para ela estão em andamento projetos de instalação de aparelhos de ar condicionado; reforma dos elevadores e redistribuição do espaço interno.

Outro importante destaque desta edição do **Boletim** foi o recebimento, pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 07 de março, do Projeto de Lei nº 4.048/17, de autoria da defensora pública-geral, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e de Analista da De-

fensoria, representando um avanço para a Instituição.

Ressalto, ainda, a criação da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), por meio da Resolução nº 52/2017. A expressiva conquista é uma das metas da Administração, que pretende, além de melhorar a capacitação de membros e servidores, com reflexo direto para a melhoria dos serviços prestados, ser um instrumento potencializador da educação em direitos, com consequente empoderamento do público assistido.

Na seara das relações interinstitucionais, estão registradas participações na posse do Conselho Estadual da Mulher, realizada no Palácio da Liberdade; na inauguração do novo fórum de Ribeirão das Neves; e na outorga da Comenda Mulher de Minas 2017 realizada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte; além de reunião de defensores públicos com os prefeitos dos Municípios de Betim e Patos de Minas.

Confira também a atuação da Defensoria Pública que garantiu passagens de ônibus a apenados de Governador Valadares e as iniciativas já realizadas pela Instituição para marcar a celebração do Dia Internacional da Mulher. Fique por dentro da programação das atividades que continuam no decorrer do mês de março.

Por fim, convido a todos para a inauguração da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, no dia 17 de março, data que coincidirá com a aula inaugural do curso de atualização em Penal e Processo Penal, sendo palestrante o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Nefi Cordeiro.

Wagner Geraldo Ramalho Lima

Defensor público-geral em exercício

Defensoria Pública de Minas Gerais está de casa nova em Belo Horizonte

A Defensoria Pública de Minas Gerais está concluindo o processo de mudança da sede da Capital. A unidade, que funcionava na Rua Bernardo Guimarães, 2640, no bairro Santo Agostinho, foi transferida para a Rua dos Guajajaras, 1707, no bairro Barro Preto.

Localizada a 30 metros do Fórum Lafayette, a edificação possui área total de 11,259 mil metros quadrados, oito andares, três elevadores, mais de 194 vagas de garagem, contando ainda com banheiros com acessibilidade. Com instalações modernas, o prédio foi totalmente customizado, pelo locador, para atender às necessidades da Defensoria Pública.

De acordo com o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho Lima, a mudança de estrutura representa um maior proveito para defensores públicos, servidores e assistidos. Dentre os benefícios elencados, Wagner Ramalho Lima destaca a imediação com o fórum Lafayette como possibilitadora de uma maior efetividade no trabalho direto com o assistido.



Defensoria Pública de Minas Gerais está localizada na Rua dos Guajajaras, 1707, Barro Preto

“A proximidade traz eficiência e racionalização na prestação do serviço público, agilizando os atendimentos e participações em audiências, valorizando, assim, a própria Instituição”.

Outro ponto destacado pelo defensor público-geral em exercício foi em relação ao tamanho do edifício, o que permitirá, progressivamente, a expansão da Defensoria Pública em termos de defensores, servidores e estagiários.

O novo espaço está sendo utilizado por mais de 100 defensores públicos e aproximadamente 200 profissionais, incluindo servidores, estagiários, trabalhadores mirins e funcionários da MGS. Na parte administrativa, funcionam a Defensoria-Geral, a Subdefensoria-Geral, a Corregedoria-Geral, o Conselho Superior e as assessorias de Comunicação e Militar, além de um apoio da Superintendência de Recursos Logísticos e Tecnológicos. Abriga as Defensorias Especializadas de Urgências Criminais; Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; do Consumidor; de Saúde; e do Idoso e Pessoa com Deficiência. Funcionam também na nova sede, as áreas que contam com maior fluxo de assistidos: Famílias e Sucessões; Criminal; e Iniciais Cível, além do Centro Psicossocial, incluindo o setor psicossocial da Defensoria Especializada de Urgências Criminais.

Atendimento ao cidadão carente

De acordo com a defensora pública Eden Mattar, coordenadora do Atendimento da Capital, a nova unidade traz benefícios tanto para os servidores e defensores quanto para os cidadãos assistidos. A sala de espera, antes dividida em dois salões no endereço antigo, foi unificada, facilitando o trabalho. Grande parte dos guichês, além de maiores que os anteriores, foram equipados com ar condicionado. “As instalações são mais elegantes e proporcionam maior conforto aos servidores e assistidos, e isto é um estímulo ao cidadão que procura a instituição, pois se sente mais valorizado”, ressaltou Eden Mattar.

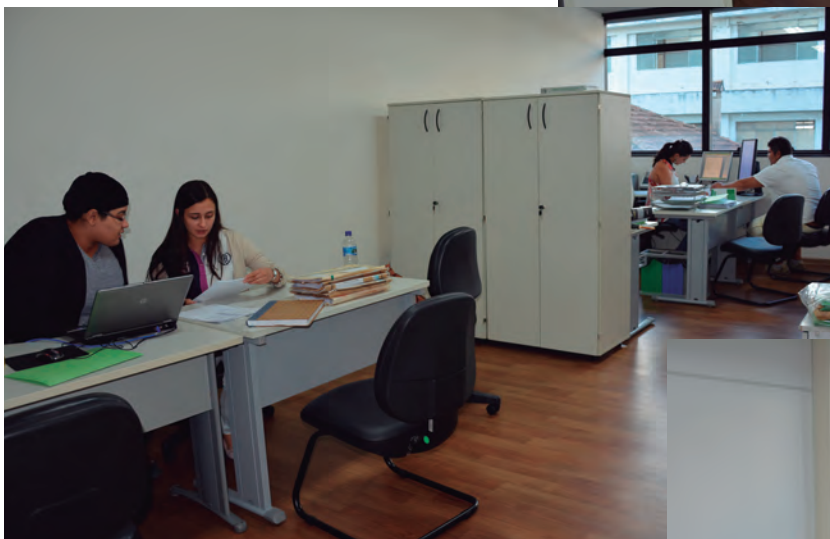
Antes do novo endereço, o Atendimento da Capital acontecia nas Sedes I e II, da Rua Bernardo Guimarães. A média mensal era de 11 mil atendimentos.

Continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais está de casa nova em Belo Horizonte



Corredores onde estão dispostos os gabinetes dos defensores, equipados com assentos para garantir o conforto dos assistidos enquanto aguardam atendimento



Salas amplas, com acomodações para defensores públicos e estagiários



Uma das salas três salas do Centro de Mediação e Conciliação Familiar

Com a mudança de endereço a expectativa é de 9 mil/mês na nova sede, já que parte do atendimento – 2ª Instância e Tribunais Superiores Criminal; 2ª Instância e Tribunais Superiores Cível; Fazenda Municipal e Estadual e acompanhamento do defensor do Cível e de Saúde – permanecem na Rua Bernardo Guimarães, 2731. “O atendimento Cível, que permanece na Sede II, corresponde a aproximadamente 20% do total mensal”, explicou a coordenadora do Atendimento Inicial, Eden Mattar.

Localização

Para a defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira, “a mudança para a nova sede proporcionou aos defensores com atuação na área de Família melhorias imensuráveis, em razão da proximidade com o Fórum, o que é imprescindível em face do grande volume de audiências. Considerando, ainda, o enorme número de atendimentos diários, a nova sede garante aos assistidos melhor acolhimento e acessibilidade, assegurando

um tratamento mais adequado ao nosso público”.

“Além de o espaço físico ser muito melhor, a proximidade com o Fórum irá auxiliar em muito o trabalho dos defensores”, também destacou a defensora pública Juliana de Carvalho Bastone. “A mudança foi realmente um grande ganho para a DPMG”, acrescentou a defensora.

continua >>



Continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais está de casa nova em Belo Horizonte



A sala de espera comporta 180 pessoas assentadas e possui 25 guichês de atendimento e orientações. O primeiro andar abriga a coordenação, secretaria e setor de digitalização de documentos do Atendimento Inicial, e ainda, o protocolo geral e o setor intermediário da área de Famílias



Guichês de
atendimento
climatizados



Recepção
e triagem



Continuação

Defensoria Pública de Minas Gerais está de casa nova em Belo Horizonte



**Defensoria
Especializada de
Urgências Criminais**

Para a coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno, “o prédio é visivelmente mais confortável. Para nós, defensores, o fato de ter garagem é um ganho em qualidade de trabalho, o que reflete também para o assistido. Além disso, a referência de estar próximo ao Fórum, torna o local mais acessível”.

A secretária da Coordenação de Família, Lorena Quirino Alves Ferreira Lopes, destaca a ampliação do espaço para arquivamento e o conforto das instalações, que oferecem mais comodidade para os assistidos, defensores públicos e servidores. “Mesmo com os problemas relacionados à mudança, que estão sendo ajustados, aqui já está bem melhor”, concluiu a servidora.

Cleonice Santos Silva, servidora do Centro de Mediação e Conciliação Familiar, também ressalta a estrutura física. “O espaço da mediação ficou mais amplo, o assis-

tido fica mais à vontade e tem mais privacidade”.

“Com a mudança para a nova sede, é notório o desenvolvimento. O espaço ficou mais amplo, mais organizado e de fácil localização. A ótima infraestrutura traz conforto para os servidores e assistidos, o que reflete muito no resultado do nosso trabalho”, ressaltou Emmanuelle Paiva Santos, servidora da Defensoria Especializada de Saúde.

Para os assistidos as melhorias já começam a ser percebidas. Josiane Pereira Alves, que procurou o atendimento Cível, disse que melhorou o acesso, pois agora pode ser feito por ônibus ou metrô. “Além do que, o prédio é mais bonito e confortável. O anterior era pequeno e não possuía conforto enquanto esperávamos o atendimento”, completou. Para o assistido da área de Famílias, Geraldo Magela Santos, além da localização, o espaço adequado contribuiu para um melhor atendimento e, ainda, evita filas.



O espaço e a localização são os principais benefícios apontados pela servidora do setor de Atendimento, Neide de Fátima Lacerda Egídio Ribeiro. “Para mim, está excelente. O ponto foi bom para todo mundo, assistidos, defensores e servidores. Embora existam alguns contratempos que fazem parte da mudança, é questão de tempo para que sejam corrigidos. Em poucos dias, estaremos todos comemorando”. Neide Lacerda está na DPMG desde 1990, quando a Instituição funcionava em dois andares do Fórum. Nesses 26 anos, a Defensoria Pública passou por outros oito imóveis até chegar à sede atual

Defensoria Pública participa de posse do Conselho Estadual da Mulher

No dia 08.03.2017, Dia Internacional da Mulher, a defensora pública-geral licenciada, Christiane Neves Procópio Malard, participou, a convite do Governo do Estado, da cerimônia de posse do Conselho Estadual da Mulher (CEM).



Defensora-geral licenciada, Christiane Malard (4ª posição, à esquerda), compõe o dispositivo de autoridades

As 34 integrantes, entre titulares e suplentes, foram empossadas pelo governador Fernando Pimentel, no Palácio da Liberdade. Participaram também da solenidade a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos, e a subsecretária de Humanização do Atendimento da Secretaria de Administração Prisional, defensora pública Emília Castilho.

Em seu discurso, Fernando Pimentel destacou o foco de seu governo em ouvir as demandas das mulheres e desenvolver políticas públicas que transformem efetivamente a realidade, tendo as mulheres como agentes de mudanças. Pimentel também manifestou preocupação com os números da violência contra as mulheres no estado e no país como um todo. “A gente sabe da gravidade da violência de gênero e vem agindo, desde o

início do governo, para melhorar esse cenário”, afirmou o governador.

CEM – O órgão é vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac) e tem caráter deliberativo e consultivo para promover ações em favor dos direitos das mulheres.

Criado há 34 anos, o Conselho Estadual da Mulher foi reestruturado em 2016, com a criação das Subsecretarias de Políticas para as Mulheres e de Participação Social. É composto por representantes do governo estadual e de entidades da sociedade, além de mulheres de notório saber.

Com informações da Agência Minas



A assessora Institucional, Diana Camargos; a DPG licenciada, Christiane Malard; e a subsecretária de Humanização do Atendimento da Secretaria de Administração Prisional, defensora pública Emília Castilho



Subsecretária de Políticas para as Mulheres da Sedpac e integrante do CEM, Larissa Borges; DPG licenciada, Christiane Malard; e as deputadas estaduais Geisa Teixeira, Rosângela Reis e Celise Laviola

Resolução cria a Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais

Dia 24.02.2017, conforme a Resolução nº 52/2017, foi criada a Escola Superior da Defensoria Pública, importando em grande conquista para a Instituição.

Estará à frente da coordenação da Escola a defensora pública e assessora de Planejamento e Infraestrutura, Hellen Caires Teixeira Brandão, que já exercia a coordenação das atividades de Capacitação da DPMG, e passa a se ausentar da coordenação de Projetos, atividade que desempenhava desde 2012.

“A materialização da Escola Superior compreende uma das metas de gestão da atual Administração que pretende, além de melhorar a capacitação de membros e servidores, com reflexo direto para a melhoria dos serviços prestados, ser um instrumento potencializador da educação em direitos, com consequente empoderamento para o público assistido. Assim, além de eventos que buscam a capacitação do público interno e comu-

nidade jurídica, o novo órgão pretende promover atividades voltadas para os assistidos, reafirmando o perfil constitucional da Defensoria Pública”, explica a diretora da Escola Superior, Hellen Caires Teixeira Brandão.

O lançamento da Escola Superior está previsto para o próximo dia 17 de março, data que coincidirá com a aula inaugural do curso de atualização em Penal e Processo Penal, sendo palestrante o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Nefi Cordeiro. A atualização terá foco nas atividades práticas e mais recentes doutrinas e jurisprudências. Serão ofertadas 300 vagas. O cronograma final do curso será brevemente divulgado.

As atividades previstas para este ano de 2017 serão apresentadas na ocasião do lançamento da Escola e estarão alinhadas com o planejamento da Instituição.

A estrutura inicial da Escola Superior prevê duas salas de aula, biblioteca, sala de apoio administrativo, além do auditório da nova sede, que será estruturado com equipamentos modernos, buscando maior conforto e aproveitamento dos eventos a serem realizados.

“Deseja-se que a Escola seja um espaço de promoção do conhecimento, divulgação de práticas e integração dos agentes internos da instituição, além de importante ferramenta para educação em direitos”, conclui a diretora, Hellen Caires Teixeira Brandão.

[Clique aqui para ler a Resolução nº 52/2017.](#)



Diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Hellen Caires Teixeira Brandão

Defensores públicos reúnem-se com prefeito de Betim

Dia 03.03.2017, o assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis, e defensores públicos em atuação em Betim reuniram-se com o prefeito do Município Vittorio Medioli em uma visita de apresentação da Instituição e manutenção de parceria.

Também participaram da reunião o vice-prefeito

Vinícius Braga; o procurador-geral do Município e secretário de Governo, Bruno Ferreira Cypriano; e os defensores públicos da comarca Luis Renato Braga Areas Pinheiro (coordenador Local), Sarah Durço Vianna, Mirelle Morato Gonzaga, Mariana Ladeira Vieira, Maxnei Gonzaga e José Victor Brandão de Faria.



Em sentido horário: prefeito Vittorio Medioli; defensores públicos de Betim, Luis Renato Braga Areas Pinheiro, Sarah Durço, José Victor Brandão de Faria, Mirelle Morato Gonzaga, Maxnei Gonzaga e Mariana Ladeira Vieira; procurador-geral do Município e secretário de Governo, Bruno Ferreira Cypriano; vice-prefeito Vinícius Braga; e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis

Eventos

Defensoria Pública prestigia inauguração do novo fórum de Ribeirão das Neves

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador da Região Metropolitana e Local em Ribeirão das Neves, Dante Otávio Simeão Gontijo, na cerimônia de inauguração do novo fórum da comarca realizada no dia 23.02.2017.

O fórum foi inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Herbert Carneiro, o juiz diretor do foro da comarca, Eduardo Mon-

ção Nascimento e o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça.

O espaço físico vai abrigar a Vara de Execuções Criminais, a 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude, a 3ª Vara Criminal e de Precatórias Criminais, a Vara de Família e Sucessões, duas Varas Cíveis, Juizado Especial e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), recém inaugurado.

Com informações do TJMG

FOTO: MARCELO ALBERT/TJMG



Coordenador da Região Metropolitana e Local em Ribeirão das Neves, Dante Otávio Simeão Gontijo (2ª posição, à direita), compõe o dispositivo de autoridades

Defensoria Pública prestigia entrega da Comenda Mulher de Minas 2017

continua >>



Assessora Tifanie Carvalho (5ª posição, à direita) compõe a mesa de autoridades

EVENTOS | *Continuação***Defensoria Pública prestigia entrega da Comenda Mulher de Minas 2017**

A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, representou a Instituição na Reunião Especial de entrega da Comenda Mulher de Minas 2017 promovida pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, no dia 08.03.2017.

Homenagear e reverenciar a mulher por sua importância na vida familiar, na sociedade e pelo Dia Internacional da Mulher, foram os objetivos do evento realizado por iniciativa do vereador professor Wendel Mesquita.

Tifanie Carvalho acompanhada pelo vereador professor Wendel Mesquita



Plenário da ALMG recebe projeto de lei da Defensoria Pública

O projeto de Lei nº 4.048/17, que institui as carreiras de técnico e analista da Defensoria Pública, foi notícia no portal eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) do dia 08.03.2017. A proposta foi recebida, no dia 07.03.2017 pelo Plenário da ALMG, durante a Reunião Ordinária.

O projeto, de iniciativa da Defensoria Pública-Geral, foi protocolizada no dia 23 de fevereiro deste ano. O PL 4.048/17 representa um avanço para a Instituição, uma vez que cria o plano de carreira dos servidores, até então inexistente na DPMG.

A matéria agora será apreciada pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, além de ir a Plenário em dois turnos.

Clique aqui para ler a notícia na íntegra.

Com informações da ALMG

NOTÍCIAS

07/03/2017 18h05

Projeto de carreiras da Defensoria é recebido em Plenário

Para defensoria pública-geral, proposição soluciona situação de defasagem e estagnação de servidores da instituição.

[Twitter](#) [Compartilhar](#) [Email](#)

Na mesma reunião, foi iniciada a discussão dos quatro vetos do governador que estão na pauta do Plenário - Foto: Flávia Bernardes

O Projeto de Lei (PL) 4.048/17, que institui as carreiras de técnico e de analista da Defensoria Pública, foi recebido pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) durante a Reunião Ordinária realizada nesta terça-feira (7/3/17). A defensoria pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, encaminhou o projeto com esse conteúdo à ALMG.

Segundo a defensoria pública-geral, a proposição acompanha as recentes alterações na organização da Defensoria Pública do Estado promovidas pela Lei Complementar 141, de 2016, com destaque para dispositivos sobre a autonomia da instituição.

Em justificativa anexa à proposição, ela enfatizou que a instituição mineira não tem até então um plano de carreira dos seus servidores. Ainda de acordo com o ofício enviado à ALMG, o projeto representa um avanço para a instituição.

Isso porque cria carreira de apoio, que atualmente inexistente, e também soluciona situação de defasagem e estagnação dos servidores do quadro próprio, regidos pela Lei 15.301, de 2004, cujas atribuições não são mais compatíveis com a estrutura da instituição.

A defensoria pública-geral também ressaltou que foi elaborado inicialmente um anteprojeto mais amplo, no qual constavam estruturas e cargos, como o de assessor de defensor público, que foi deixado para outro momento. Essa adequação foi feita tendo em vista a atual realidade financeira e orçamentária do Estado.

Documento: O ofício enviado, por fim, ao debate parlamentar da instituição, encaminhado...



Ações em Destaque

Defensores públicos de Patos de Minas reúnem-se com o prefeito do município

No dia 20 de fevereiro, o coordenador local da Defensoria Pública em Patos de Minas, Walner Dias, acompanhado dos defensores públicos José Sanches Aranda Neto e Mateus Nascimento Avelar, reuniram-se com o prefeito do município, José Eustáquio Rodrigues Alves.

Na oportunidade, os defensores públicos solicitaram

o atendimento do Termo de Cooperação Técnica, firmado junto ao Município, para o envio de novo estagiário de Direito para o auxílio nos atendimentos das demandas da Defensoria Pública na comarca. Por fim, iniciaram-se tratativas para possível solução das demandas municipais de saúde sem a necessidade de adoção da via judicial.



Defensores públicos Walner Dias, José Sanches Aranda Neto e Mateus Nascimento Avelar, juntos com o prefeito de Patos de Minas, José Eustáquio Rodrigues Alves

Dia Internacional da Mulher na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência: mobilização, educação em direitos e conscientização

No dia 08 de março, a Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência realizou várias ações para marcar o Dia Internacional da Mulher.

As atividades começaram na parte da manhã, no órgão, onde as defensoras públicas, funcionárias e estagiárias desempenharam suas atividades vestidas de rosa

ou lilás, como forma de marcar a data como dia de luta pelos direitos da mulher.

continua >>



Defensoras públicas em atuação na Especializada: coordenadora Maria Cecília Pinto e Oliveira, Lívia Linhares Ribeiro, Samantha Vilarinho Alves e Renata Salazar Botelho



Continuação

Dia Internacional da Mulher na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência: mobilização, educação em direitos e conscientização

Mobilização

A coordenadora da Especializada, defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira, explica que “mais do que um dia de comemoração ou de homenagem, o 8 de março é um marco na luta das mulheres pela igualdade de direitos e combate à violência de gênero.

Por isso, os movimentos feministas do mundo inteiro divulgaram um chamado internacional para a paralisação das mulheres no dia 8 de março. A ideia é mobilizar as mulheres a irem às marchas, a não realizar o trabalho doméstico e de cuidados e a denunciar atitudes e políticas públicas misóginas. Essas ações têm como fim dar visibilidade às mulheres que, em geral, são ignoradas pela sociedade machista: as mulheres do mercado de trabalho informal, as que trabalham no âmbito doméstico e dos cuidados e as desempregadas.”

Educação em direitos

Ainda na parte da manhã, a defensora pública Samantha Vilarinho Alves, em atuação na Especializada, ministrou palestra sobre o procedimento de medidas protetivas para as assistidas presentes.

Samantha Vilarinho iniciou lembrando o simbolismo do Dia Internacional da Mulher e falou sobre o Movimento do Coletivo de Mulheres Defensoras criado em setembro de 2016, com o objetivo de ampliar e estimular o debate e a reflexão, com a união de defensoras públicas de todo o Brasil. “Comemoramos hoje é o Dia da Mulher, mas ainda temos muito o que conquistar. A mulher ainda sofre muita violência, não só doméstica, mas também no mercado de trabalho, pois tem salários menores; e na quantidade de trabalho, pois a mulher fica com a maior parte do trabalho

de casa”, ponderou.

Ao falar sobre os direitos da mulher vítima de violência doméstica e fornecer explicações processuais sobre a Lei Maria da Penha, a defensora informou que quando uma mulher vai à delegacia para denunciar violência doméstica podem ser geradas duas consequências e dois processos distintos: civil, relativo à sua proteção, e criminal, relativo à punição do agressor.

Quando a mulher relatar que foi machucada, mesmo que ela não queira prestar queixa, será instaurada uma investigação criminal. Se o relato for de ameaça, se a mulher quiser, deverá assinar um termo de representação para começar a investigação. Será instaurado um inquérito policial e o relatório será enviado para o Ministério Público. Com o acolhimento da denúncia pela promotoria, será iniciada uma ação penal, em que o autor será o promotor e o réu, o acusado.

A consequência civil será o requerimento de medidas protetivas de urgência. A mulher será a autora do processo e a Defensoria Pública atua em nome dela. Nesse caso, não é necessário que a mulher tenha provas contra o agressor. Em uma semana, via de regra, é expedida a medida protetiva. Samantha Vilarinho aconselhou as assistidas a sempre terem o documento em mãos e explicou que a mulher também deve respeitar as determinações da medida. Caso o agressor não cumpra a medida, a mulher deverá reunir provas, tais como: registrar ocorrências, filmar ou fotografar e listar testemunhas do descumprimento. A Defensoria Pública pede o agravamento que será, em primeiro lugar, audiência de advertência; depois, uso de tornozeleira; e por fim, prisão.

continua >>



Defensora pública Samantha Vilarinho: educação em direitos voltada para vítimas de violência doméstica

Continuação

Dia Internacional da Mulher na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência: mobilização, educação em direitos e conscientização



Coordenadora Maria Cecília Oliveira na sala de apoio

Na parte da tarde, a Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência realizou atendimento de urgência e durante todo o dia, foi oferecido um lanche para as assistidas.

Ainda no período da tarde, a coordenadora da Especializada, defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira compareceu na sala de apoio da Defensoria na sede das Varas Especializadas em Violência Doméstica. O espaço,

que ainda não foi inaugurado oficialmente, foi cedido recentemente à DPMG. Para a coordenadora, “a sala de apoio foi uma conquista importantíssima, tanto para a Instituição, quanto para as assistidas, pois, a partir de agora, teremos um espaço adequado e digno para atendimento, e as mulheres vítimas de violência não precisarão ser reencaminhadas à sede da Especializada, evitando, desta forma, um deslocamento desnecessário, o que acabava revitimizandando as usuárias do serviço”, destacou.

Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência

Tem como atribuição promover a defesa da mulher nos procedimentos de medida protetiva, bem como ajuizar ações relacionadas aos direitos de família das mulheres. Além disso, no âmbito extrajudicial, a Especializada promove cursos, palestras e participa de eventos relacionados aos direitos da mulher.

Quatro defensoras públicas atuam na Especializada: Maria Cecília Oliveira (coordenadora), Samantha Vilarinho Alves, Renata Salazar Botelho e Lívia Linhares Ribeiro. Os atendimentos são realizados nas instalações localizadas na Casa de Direitos Humanos e nas salas de apoio localizadas nas 13ª, 14ª, 15ª e 16ª varas criminais especializadas na violência contra a mulher.

O órgão conta ainda com atendimento de psicóloga; com o apoio de seis estagiárias, sendo cinco voluntárias; e com duas servidoras administrativas.



No 1º plano: as defensoras públicas Lívia Linhares Ribeiro e Maria Cecília Oliveira; e a secretária Jennifer Samera de Oliveira. No 2º plano: servidora Patrícia Santos Maia; defensora Samantha Vilarinho; psicóloga Marina Chaves; e a defensora Renata Salazar

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensoria Pública celebra o Dia da Mulher em Ponte Nova

A Defensoria Pública de Minas Gerais promoveu ações especiais em Ponte Nova, no Dia Internacional da Mulher (08/03).

Atendimento no Complexo Penitenciário

A defensora pública Maria Antonieta Gurgel (coordenadora Local), responsável pela Execução Penal na comarca, permaneceu no pavilhão do Complexo Penitenciário das 9 às 16 horas, participou do almoço com as internas e promoveu o atendimento individualizado de 50 mulheres privadas de liberdade.

No atendimento, foi utilizado um formulário específico, especialmente elaborado para a mulher presa. O modelo do formulário está sendo encaminhado para o Colégio de Defensores Públicos-Gerais (Condege), que formou uma subcomissão para tratar exclusivamente do direito da mulher.



Atendimento jurídico individualizado



Defensora pública Maria Antonieta Gurgel e as detentas do Complexo Penitenciário

Distribuição de rosas

Foram distribuídas rosas para as assistidas que compareceram na Unidade da Instituição na comarca e, em parceria com a Polícia Militar, foram realizadas visitas aos asilos e bairros da periferia, também distribuindo rosas.

continua >>

Defensora pública Fernanda de Sousa Sarai-va (coordenadora Local substituta) distribui rosas para as assistidas



AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Defensoria Pública celebra o Dia da Mulher em Ponte Nova

Visitas em parceria com a PMMG

Defensoras públicas em Contagem participam de comemorações do Dia das Mulheres

As defensoras públicas Fabiana Martins e Marcella Moraes, em atuação na Defensoria Pública em Contagem, participaram, nos dias 06, 07 e 08 de março do seminário “Egressas do sistema prisional: Desafios e perspectivas para socialização”, dentro das comemorações do Dia Internacional da Mulher, em Contagem. O evento foi realizado em conjunto pelas secretarias de Defesa Social e de Direitos Humanos do município.

“Desafios e possibilidades para as mulheres egressas do sistema prisional”. Esse foi o tema do seminário de abertura, com a palestra da secretária de Direitos Humanos de Contagem, Luzia Ferreira. No segundo dia (07), o

coronel reformado da PMMG, Cícero Nunes apresentou o tema “Prevenção à violência contra a mulher”, para debater a violência doméstica e o feminicídio.

De acordo com a defensora pública Marcella Moraes, em atuação no Tribunal do Júri, o município de Contagem registra altos índices de violência contra a mulher. “Os crimes passionais representam percentual significativo de crimes originados da violência doméstica”, completou. Marcella Moraes ressaltou, também, a necessidade da sociedade e das instituições que compõem o sistema de Justiça se unir para encontrar soluções eficazes que combatam este tipo de violência.



As defensoras Fabiana Martins (3ª à esquerda) e Marcella Moraes (à direita), após o café da manhã oferecido pela Prefeitura de Contagem em homenagem às servidoras municipais. Na foto, ainda, a coordenadora especial de Políticas para Mulheres, Gê Nogueira, a delegada de Mulheres de Contagem, Mellina Isabel, e a administradora da regional Vargem das Flores, Kátia Bardoni

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Audiência Pública da DPMG discute soluções para fechamento de escola municipal em área rural da comarca de Mariana

A Unidade da Defensoria Pública em Mariana, com o apoio da Câmara Municipal, promoveu, no dia 08 de março, audiência pública para discutir soluções para o impasse decorrente do fechamento da Escola Municipal de Mundinho, localizada no povoado de Mundinho, área rural integrante do distrito de Cachoeira do Brumado, na comarca de Mariana.

Retrospectiva

No dia 31 de janeiro, mães de alunos da Escola Municipal de Mundinho procuraram a Defensoria Pública Estadual para informar acerca do abrupto encerramento das atividades escolares e da insatisfação da comunidade quanto ao plano da administração municipal de transferência dos alunos para outras escolas públicas da região, solicitando assistência jurídica integral e gratuita para reversão desse quadro.

Na oportunidade, como primeira providência, a Defensoria Pública encaminhou ofício à Secretaria Municipal de Educação solicitando esclarecimentos sobre os motivos que ensejaram o fechamento da escola.

Em resposta, a Secretaria de Educação sustentou que a redução elevada de alunos tornou insustentável ao Município o custeio das atividades escolares no local, devido à brusca queda de arrecadação municipal, e ainda, porque a escola operava com turmas multisseriadas, salas com apenas um aluno e turmas que sequer existiam por falta de demanda, entendendo que a transferência dos alunos para outras unidades de ensino da

região não importaria prejuízos.

Buscando esclarecer pontos controvertidos, a Defensoria Pública encaminhou novo ofício solicitando resposta a uma série de quesitos envolvendo o tema.

Nesse ínterim, verificando a necessidade de ampliação do debate na busca de possível solução extrajudicial para o caso, a Defensoria Pública passou a articular junto à Comissão de Educação da Câmara Municipal de Mariana sobre a necessidade de realização de uma audiência pública com a participação de órgãos públicos, entidades e comunidade interessada.

A solicitação da Defensoria Pública foi encaminhada para votação no plenário da Câmara, em sessão extraordinária da Comissão de Educação, realizada no dia 23 de fevereiro, com a presença do defensor público em atuação na comarca,

Saulo Duette Prattes Gomes Pereira, que sustentou oralmente a conveniência e necessidade da audiência pública. A solicitação foi aprovada por unanimidade na Casa e a reunião foi realizada no dia 08.

continua >>



A mesa de trabalho foi composta pelas seguintes autoridades (da esquerda para a direita): vereador e presidente da Comissão de Educação da Câmara de Mariana, Geraldo Sales de Souza; diretora da Escola Estadual Dona Reparata Dias de Oliveira, Sirlei Aparecida Ferreira; representante da comunidade de Mundinho, Marli Silva Oliveira; vice-presidente da Câmara Municipal de Mariana, Deyvson Ribeiro; secretária adjunta de Educação Básica, Aline Aparecida Silva; e o defensor público Saulo Duette Prattes Gomes Pereira

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Audiência Pública da DPMG discute soluções para fechamento de escola municipal em área rural da comarca de Mariana****Resultados da Audiência**

Segundo o defensor público Saulo Duette Prattes, “muitos avanços puderam ser alcançados já na primeira audiência, resultando em proposições, que deverão ser respondidas pela municipalidade no prazo de 15 dias”.

A Secretaria de Educação Municipal deverá:

- Informar sobre a possibilidade de manutenção do 2º Turno na Escola Municipal de Mundinho, com implementação imediata do “Tempo Integral”;
- Informar porque, mesmo depois do fechamento da Escola Municipal de Mundinho, a merenda escolar continua sendo entregue no local;
- Realizar a fiscalização e adesivação dos veículos utilizados no transporte escolar;
- Fiscalizar e cobrar a imediata colocação de “cadeirinhas” nos veículos de transporte escolar utilizados por crianças, nos termos da legislação vigente;
- Informar sobre a possibilidade de destinação dos suprimentos antes empregados pela Escola Municipal de Mundinho para a Escola Estadual Dona Reparata Dias de Oliveira, como forma de contrapartida pelo acolhimento dos alunos da rede municipal;
- Informar sobre a possibilidade de cessão de servidores efetivos da área de educação para prestação de serviços na Escola Estadual Dona Reparata Dias de Oliveira, como forma de contrapartida pelo acolhimento dos alunos da rede municipal;
- Elaborar programa de capacitação dos monitores do transporte escolar, como forma de assegurar a segurança dos usuários do serviço;
- Promover adequação do quadro funcional para a designação de servidor público capacitado para atuar na função de monitor de transporte escolar.

A Comissão de Educação da Câmara Municipal de Mariana deverá promover a fiscalização e adequação dos veículos utilizados no transporte escolar de acordo com o número de usuários de cada região; além de instalar Comissão de Sindicância para apuração das denúncias de desvio funcional relatadas na sessão e apuração de responsabilidades.

Ficou designada a realização de reunião, no dia 17 de março, às 9 horas, na Câmara Municipal de Mariana, para discussão de medidas de contrapartida à comunidade, com a presença de representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Cultura, Educação e Obras e Planejamento, além de uma comissão formada por três representantes da comunidade de Mundinho, Defensoria Pública e presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Mariana.

Ao final das tratativas, será firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o Município de Mariana, contemplando todas as obrigações assumidas pela municipalidade, além de cronograma para início e conclusão das obras para construção da quadra poliesportiva, com verba já destacada para orçamento do ano de 2017.

A Defensoria Pública Estadual, por meio do defensor público Saulo Duette Prattes, reputa que o “objetivo principal da audiência pública, que é justamente o de pluralizar o debate e oportunizar a participação popular na tomada de decisões pelo administrador público, foi satisfatoriamente alcançado, e seguirá atuando firmemente na construção da solução definitiva que melhor atenda aos interesses da comunidade”.

Atuação da Defensoria Pública garante passagens de ônibus a apenados de Governador Valadares

Para assegurar a efetivação do benefício de saída temporária previsto na Lei de Execução Penal aos apenados da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, localizada em Governador Valadares, a defensora pública Lígia Olímpio de Oliveira Rodrigues, em atuação na comarca, ajuizou Tutela de Urgência em caráter antecedente em face do Estado de Minas Gerais e de concessionárias de transporte público que estavam negando o fornecimento de passagens de ônibus aos sentenciados.

Lígia Rodrigues explica que o fornecimento de passagens é dever do Estado, previsto na Lei de Execução Penal, e em Minas Gerais está regulamentado no Decreto Estadual 42.128/2001. Segundo a defensora, as passagens não têm sido fornecidas, sob o argumento

de que o estado não estaria honrando o contrato administrativo celebrado com as concessionárias.

A defensora pública ajuizou, no dia 17 de fevereiro, Tutela de Urgência em caráter antecedente em face da concessionária Gontijo, e, durante o plantão judiciário do dia 25 de fevereiro, em face da concessionária Viação Águia Branca. Em ambos os pleitos, foi proferida decisão liminar determinando o fornecimento das passagens.

Segundo Lígia Rodrigues, “com as liminares, os apenados passam a ter assegurada a efetivação do benefício de saída temporária previsto na Lei de Execução Penal, de modo que não fiquem à própria sorte pelas ruas da cidade, garantindo-lhes um mínimo de dignidade humana”.


Escola Superior

Chamada de trabalhos para a Revista da DPU até 20 de março

A Revista da Defensoria Pública da União receberá, até o dia 20 de março de 2017, artigos, resenhas e boas práticas institucionais/estudos de caso com temas re-

ferentes à Defensoria Pública, à promoção dos Direitos Humanos e ao acesso à Justiça.

Para outras informações, clique aqui.



REVISTA DA DEFENSORIA
PÚBLICA DA UNIÃO

CHAMADA DE TRABALHOS PARA A REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

**ARTIGOS – RESENHAS – BOAS PRÁTICAS
INSTITUCIONAIS/ESTUDOS DE CASO**

PRAZO: 20 DE MARÇO DE 2017


A Revista da Defensoria Pública da União receberá, até o dia 20 de março de 2017, artigos, resenhas e boas práticas institucionais/estudos de caso com temas referentes à Defensoria Pública, à promoção dos Direitos Humanos e ao acesso à Justiça.

ARTIGOS:	Publicações de textos inéditos produzidos com o intuito de apresentar métodos, análises e resultados de estudos realizados que proporcionem o conhecimento e a reflexão sobre ideias e/ou hipóteses desenvolvidas pelo autor;
RESENHAS:	Texto de caráter opinativo que interprete, analise, descreva e/ou enumere aspectos relevantes sobre uma outra obra;
BOAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS ESTUDOS DE CASO:	Textos que apresentem programas, projetos e/ou experiências institucionais ou decisões judiciais que contribuíram para a promoção do trabalho da Defensoria Pública, dos direitos humanos e do acesso à justiça.

Confira as regras de submissão e acesse a última edição em: <http://revistadadpu.dpu.def.br>

Informativo da ESCOLA SUPERIOR • Diagramação ASCOM •
CONTATO: <http://revistadadpu.dpu.def.br/index.php/dpu> • (61) 3318-0287

www.dpu.def.br



Sorteio para participação no XI Congresso Brasileiro de Direito de Família do IBDFAM

A Defensoria Pública de Minas Gerais sorteará, entre defensores públicos que atuam com Direito de Família e Sucessões, cinco vagas para participação no XI Congresso Brasileiro de Direito de Família do IBDFAM, que acontecerá nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2017, no Ouro Minas Palace Hotel, em Belo Horizonte.

As inscrições para o sorteio deverão ser feitas entre os dias 02 a 10 de março, por meio do e-mail: sorteios-

capacitacao@defensoria.mg.def.br, informando nome completo, e-mail, telefone e nome do curso. O defensor deverá informar também a lotação.

O sorteio será realizado no dia 13 de março. Para os sorteados, a Defensoria arcará somente com os custos da inscrição. Para o caso de defensores públicos que residem no interior, a DPMG arcará também com diária e transporte.

DPMG NA MÍDIA

Palestra “Gestão Legal” é destaque no *Jornal do Ônibus*

A edição nº 525 do *Jornal do Ônibus* está veiculando anúncio da palestra “Gestão Legal”, que a Defensoria Pública de Minas Gerais promoverá no dia 31 de março, em Belo Horizonte.

Afixado em todos os coletivos que compõem o sistema de transporte coletivo da capital mineira, o *Jornal do Ônibus* pode ser visto por mais de 1,5 milhão de usuários/dia.



Convite

PROGRAMAÇÃO

Mês da Mulher na DPMG

Entrega de Livros

Penitenciária Feminina Estevão Pinto

15 de março de 2017 | 14:00h

Mesa de debate

Defensoria Pública no Enfrentamento ao Machismo Institucional

Livia Casseres | Defensora Pública - DPRJ

24 de março de 2017 | 9:00 às 12:00hs

Rua Bernardo Guimarães, 2.640- Santo Agostinho

Inscrições: escolasuperior@defensoria.mg.def.br

Curso

Gestão Legal

31 de março de 2017 | 13:00 às 18:00hs

Rua Bernardo Guimarães, 2.640- Santo Agostinho

Inscrições: escolasuperior@defensoria.mg.def.br

CONVITES | Continuação



INAUGURAÇÃO

da Escola Superior da
Defensoria Pública de Minas Gerais

Palestra com o Min. do STJ
Nefi Cordeiro
*Realidade Prisional Brasileira
– Desafios à Defensoria*

17.03.17 | 9h



Auditório da Cemig
Av. Barbacena, 1200
Santo Agostinho | Belo Horizonte

Inscrições: escolasuperior@defensoria.mg.def.br

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho
www.defensoria.mg.def.br